



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE GRADUAÇÃO DE PEDAGOGIA**

CAIO PEREIRA BORGES

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: LIMITES E AVANÇOS PÓS LDB Nº 9394/96

**TOCANTINÓPOLIS – TO
2018**

CAIO PEREIRA BORGES

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: LIMITES E AVANÇOS PÓS LDB Nº 9394/96

Monografia apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins, *Campus* Universitário de Tocantinópolis - TO, para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Prof^a. Ms. Marilene Soares da Silva

TOCANTINÓPOLIS – TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B732a Borges, Caio Pereira.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: Limites e avanços Pós LDB nº 9394/96. / Caio Pereira Borges. – Tocantinópolis, TO, 2018.

37 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2018.

Orientadora : . Marilene Soares da Silva

1. Avaliação da aprendizagem. 2. LDB nº 9394/96. 3. Avanços e Limites da avaliação. 4. Ensino. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CAIO PEREIRA BORGES

CAIO PEREIRA BORGES

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: Limites e avanços Pós LDB nº 9394/96

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT - Universidade Federal do Tocantins - *Campus* Universitário de Tocantinópolis, Curso de Pedagogia, para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 12 / 12 / 2018

Banca Examinadora:

Marilene Soares da Silva

Profª. Ms. Marilene Soares da Silva, Orientadora, Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Joedson Brito dos Santos

Prof. Dr. Joedson Brito dos Santos, Examinador, Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Dedico esse trabalho aos meus familiares, mãe Maria do Carmo P. Borges, avô Félix Borges, irmãos, tios e todos aqueles que estiveram comigo durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por estar sempre presente em minha vida e ter me dado forças para continuar durante todo o curso, bem como para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus familiares, em especial a minha mãe Maria do Carmo P. Borges, meu avô Felix Borges, Irmãos Eduardo Borges e Maria Eduarda Borges, tios Miranilton P. Borges, Marivane P. Borges, Mirailton P. Borges, Karine Borges.

Agradeço à professora Marilene Soares por contribuir para esta realização, por ter aceitado ser minha orientadora e por ter sempre me acompanhando durante esse processo de construção do trabalho e pelos seus ensinamentos ainda durante a disciplina em sala de aula e, posteriormente, nas reuniões.

Aos amigos que fiz antes e durante a graduação, que também fizeram parte dessa caminhada como Lucimeyre Reis, Thais Dias, Josivânia Brito, Elder Oliveira, Adriano Andrade, Alice Mota, Andressa Irembete, Carolina Torres, César Sérgio e outros, bem como aos colegas da turma 2012.1.

Agradeço aos professores Joedson Brito dos Santos, Francisco Gonçalves Filho, por serem grandes profissionais e incentivarem os alunos a irem além, em busca dos seus objetivos, bem como todos os outros que fizeram parte dessa caminhada.

Agradeço a instituição Universidade Federal do Tocantins – UFT, campus de Tocantinópolis – TO, aos funcionários da mesma.

E agradeço também a todos os outros que fizeram parte da minha formação.

"A avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem"

Jussara Hoffmann.

RESUMO

A avaliação da aprendizagem é um dos assuntos bastante discutido na educação por parte de estudiosos, pesquisadores, gestores educacionais, professores. A avaliação é uma ferramenta que deve fazer parte da rotina da escola e sala de aula, devendo acontecer de forma contínua e processual, contribuindo assim para um ensino de qualidade e para a construção do conhecimento dos educandos. Este trabalho tem como objetivo investigar quais os limites e avanços da avaliação da aprendizagem pós LDB nº 9394/96. A realização deste trabalho foi por meio de pesquisa documental (LDB nº 9394/96) e bibliográfica de escritores que debatem e estudam o assunto em pesquisa, encontrados em livros, artigos científicos, teses e dissertações de estudos realizados pós a LDB nº 9394/96. A partir disso, constatou-se que, apesar desses vários estudos e debates sobre a avaliação da aprendizagem, bem como uma norma legal – LDB nº 9394/96 - mostrando como deve ser a avaliação, a mesma ainda é realizada em sala de aula de maneira tradicional, com finalidade de promoção, seleção, classificação e exclusão dos discentes.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. LDB nº 9394/96. Avanços e Limites da avaliação.

ABSTRACT

The evaluation of learning is one of the subjects much discussed in the education by writers, educational managers, teachers. Assessment is a tool that should be part of the routine of the school and classroom, and should happen in a continuous and procedural way, thus contributing to a quality education and to the construction of students' knowledge. This study aims to investigate the limits and advances of learning evaluation post LDB n° 9394/96. The work was carried out through bibliographical and documentary research of writers who debate and study the subject in research, found in books, scientific articles, theses and dissertations of studies carried out after LDB n° 9394/96. From this, it was found that, despite these various studies and debates on learning assessment, as well as a legal norm - LDB n° 9394/96 - showing how deve is the evaluation, it is still carried out in classroom in a traditional way, with the purpose of promoting, selecting, classifying and excluding students.

Key Words: Learning evaluation. LDB 9394/96. Advances and Limits of the evaluation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR.....	13
2.1 Breve Histórico sobre Avaliação.....	13
2.2 Compreendendo a Avaliação da Aprendizagem a Partir de Luckesi, Haydt e Hoffmann.....	15
3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96.....	23
3.1 Artigo 24, Inc V, Alínea a da Lei 9394/96.....	23
3.2 Artigo 31, I da LDB Nº 9394/96.....	24
3.3 Artigo 35-A, § 8º da Lei Nº 9394/96.....	24
4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PÓS LDB Nº 9394/96 SEGUNDO ARTIGOS ACADÊMICOS.....	26
4.1 Pesquisa de Campo Sobre Avaliação da Aprendizagem	27
4.2 Pesquisas Bibliográficas Sobre Avaliação da Aprendizagem	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

A avaliação em um é assunto de grandes debates no âmbito educacional e motivo de diversos estudos, levando acadêmicos e professores a uma reflexão sobre a mesma, pois este é um tema relevante presente formação de discentes e docentes das instituições de ensino brasileiras.

O interesse pela pesquisa, nesse campo da avaliação, surgiu a partir das aulas da disciplina de Avaliação de Sistema e Ensino-aprendizagem, ofertada pela professora Marilene Soares da Silva, no curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins – UFT, *Campus* universitário de Tocantinópolis – TO. Com a finalidade de conhecer e compreender a avaliação da aprendizagem realizada em sala de aula.

A avaliação da aprendizagem escolar é um assunto que, às vezes, incomoda muitas pessoas e, principalmente, os professores. De acordo com Luckesi (2005, p. 19), tantos os pais como os alunos veem a avaliação apenas como forma de promoção; enquanto o sistema de ensino interessa-se pelos percentuais de aprovação ou reprovação dos mesmos; sendo também que a avaliação é, muitas vezes, utilizada por professores como uma forma de ameaça em relação aos alunos. Dessa maneira, percebe-se que a avaliação é vista como uma ferramenta de ameaça, punição e como forma de classificação e exclusão de muitos alunos das escolas brasileiras.

A princípio, a avaliação estava relacionada a uma ideia de medidas. De acordo com Depresbiteris (1989, p. 05) em 2.205 a.C. o imperador chinês realizava avaliação por meio de exames, onde tinha como finalidade a promoção ou demissão de seus oficiais. Com o passar do tempo, avaliação foi evoluindo, bem como incorporada ao sistema educacional.

Em educação, a avaliação deve ser entendida como uma ferramenta que proporcione a aprendizagem dos alunos, que deva acontecer visando sempre os objetivos propostos, contribuindo assim para a construção do conhecimento.

A avaliação da aprendizagem deve acontecer de forma contínua e processual, fazendo parte do cotidiano da escola e da sala de aula. Avaliação não é simplesmente fazer provas e testes, vai muito além disso, por isso, é necessário também conhecer os diversos instrumentos de avaliação, suas características e seus objetivos.

Para a realização deste trabalho foi realizado estudo bibliográfico de livros/obras que abordam o assunto da pesquisa; produções científicas- artigos; a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, especialmente, a parte que versa sobre a

avaliação da aprendizagem, além de outros trabalhos que contribuíram para esta concretização. Isso tendo a vista a curiosidade de investigar indícios, na produção acadêmica e bibliográfica, se a avaliação da aprendizagem realizada, em sala de aula está garantindo avanços propostos no contexto teórico e legal.

O objetivo geral desse estudo foi investigar quais os limites e avanços da avaliação da aprendizagem, pós LDB nº 9394/96. O objetivo específico perceber, em periódicos, indícios de avanços da avaliação da aprendizagem em sala de aula.

Esse trabalho está dividido em três tópicos e uma breve introdução. O primeiro apresenta um breve histórico sobre a avaliação da aprendizagem, bem como a análise de obras sobre avaliação da aprendizagem dos escritores Luckesi, Hoffmann e Haydt. O segundo contempla uma breve análise sobre os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, que abordam sobre a avaliação. No terceiro tópico será uma breve análise de artigos que versam sobre avaliação da aprendizagem, produzidos entre os anos de 2007 e 2017. Em seguida será apresentada as considerações finais sobre a pesquisa realizada.

2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

A avaliar é um termo presente na sociedade desde muitos anos atrás. Por esse motivo, torna-se necessário conhecer um pouco sobre sua origem, alguns relatos da mesma em determinadas épocas até os dias atuais.

2.1 Breve Histórico Sobre Avaliação

A palavra *Avaliar*, de acordo com Luckesi (1997, p. 92) vem do latim ‘a + valere’ que tem como significado atribuir um juízo de valor a determinada coisa, isto é, atribuir valor a coisas realizadas.

O termo avaliação é usado há muito tempo, onde estava relacionada à ideia de medir. Na china se tem os primeiros relatos sobre o termo avaliar que não estava ligado ao ensino/educação. De acordo com Depresbiteris (1989)

O uso da avaliação como medida vem de longa data. Através de Ebel, tem-se o relato de Kuo sobre a presença de exames, já em 2.205 a.C. Nessa época, o Grande ‘Shun’, imperador chinês, examinava seus oficiais a cada três anos, com o fim de promover ou demitir. O regime competitivo nos exames na China antiga tinha, então, como propósito principal, prover o Estado com homens capacitados (Ebel e Damrin, 1960). (DEPRESBITERIS, 1989, p. 5).

Desta forma, percebe-se que em 2.205 a.C. a avaliação (exame) já era usada como uma forma de medida, tendo como finalidade a promoção ou demissão das pessoas. No entanto, cabe ressaltar que a avaliação nessa época não estava ligada ao sistema educacional, mas sim com o sistema de Estado, onde tinha como foco promover os melhores profissionais, sendo que estes estariam a serviço do Estado.

No século XIX, Horace Mann, nos Estados Unidos da América criou um instrumento de testagem. De acordo com Depresbiteris (1989, p. 5) ele propôs um experimento, onde haveria um sistema uniforme de exames, que tinha como características a coleta de dados/informações sobre a qualidade da educação.

Em meados da década de 1950, nos Estados Unidos da América surgiram os escritos de Tyler. Tyler e Smith com o “Estudo dos oito anos” defenderam em seu trabalho uma diversidade de procedimentos e instrumentos avaliativos. De acordo com Depresbiteris (Tyler, 1949 *apud* Depresbiteris, 1989, p. 7) eles defendiam a variedade dos procedimentos avaliativos, entre eles: “testes, escalas de atitudes, inventários, questionários, fichas de registro de comportamentos e outras formas de coleta de evidências sobre o rendimento dos alunos numa

perspectiva longitudinal, com relação à consecução de objetivos curriculares.” (DEPRESBITERIS, 1989, p. 7).

Em 1963, Benjamin S. Bloom aparece com grandes contribuições aos estudos da área. Ele defendia que a educação deveria acontecer de maneira contínua, devendo acontecer durante toda a vida do indivíduo. Ele menciona também que todos os estudantes podem e são capazes de aprender, mas cada um em seu próprio tempo. De acordo com Haydt (2004, p. 16), Bloom junto com Hastings e Madaus (1983) realizaram um trabalho chamado **Manual de Avaliação Formativa e somativa do Aprendizado Escolar**, apresentando três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa, relatando as características de cada modalidade¹.

No Brasil, os exames foram implantados nos séculos XVI e XVII com base de atividades e ensinamentos pedagógicos produzidos pelos padres Jesuítas e pelo bispo protestante João Amós Comênio. Pelos Jesuítas foi no século XVI que, de acordo com Luckesi (1997, p. 22) tinha por objetivo a construção da hegemonia da Igreja Católica, especialmente, contra as possibilidades protestantes da época, sendo que os alunos eram avaliados através de provas e exames. No século XVII foi pelos ensinamentos produzidos por Comênio², onde a educação nesse período, no Brasil, era baseada no modelo da *Pedagogia Tradicional*, sendo que nessa época a avaliação tinha como finalidade apenas classificar e selecionar os alunos.

O século XX foi marcante para a educação brasileira, pois teve grandes movimentos e conquista relevantes para o ensino do País. Em 1932 aconteceu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que tinha como líderes Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, durante o governo de Getúlio Vargas. O Manifesto lutava por uma educação de qualidade para todos, onde a forma de ensino e a escola deveria ser pública, laica, obrigatória e gratuita. No decorrer desse século muitas legislações a respeito da educação e do ensino foram criadas. Em 1961 foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 4024/61.

A partir da década de 1980 começou-se a discutir com mais ênfase, no Brasil, uma avaliação pautada nos aspectos qualitativo, em que muitos escritores como, Depresbiteris, Haydt, Hoffmann, Luckesi, Vasconcellos começaram a debater e escrever várias obras a respeito do assunto. Dessa forma, a avaliação da aprendizagem deveria acontecer de forma contínua e processual, diagnóstica e formativa³, buscando, dessa maneira, melhorias e qualidade para o ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9394/96 também

1 Os conceitos das Modalidades de avaliação diagnóstica, formativa e somativa serão abordados posteriormente.

2 Nasceu no dia 28 de março de 1592 Nivnice, no Reino da Boêmia, onde hoje é correspondente a uma parte da República Checa. Seus ensinamentos foram implantados no Brasil na época acima mencionada.

3 Serão relatos nas páginas 17 e 18.

faz abordagem em seu texto sobre a avaliação, onde os aspectos qualitativos têm que ter prevalência sobre os quantitativos, sendo que a avaliação deverá acontecer de maneira contínua.

Assim, a avaliação foi se desenvolvendo ao longo do tempo, tendo características particulares em cada época. Percebe-se que a avaliação, a princípio, tinha como finalidade classificar e selecionar alunos, onde terminava excluindo muitos outros. Atualmente, discute-se que a avaliação deve ser mais digna e justa, que seja diagnóstica e formativa, visando, dessa forma, proporcionar um ensino de qualidade e contribuir para uma aprendizagem efetiva, bem como para a construção do conhecimento dos discentes.

2.2 Compreendendo a Avaliação da Aprendizagem a Partir de Luckesi, Haydt e Hoffmann

A avaliação está sempre presente no processo de ensino aprendizagem das instituições escolares, fazendo parte do cotidiano das escolas e salas de aula. Por conta disso, é fundamental o estudo sobre a avaliação. Neste tópico será abordado a avaliação da aprendizagem a partir da visão dos seguintes teóricos: Luckesi - *avaliação da aprendizagem escolar* (1997); Haydt – *Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem* (2004); e, Hoffmann – *Avaliar para promover* (2014). As obras utilizadas são encontradas na Biblioteca Cleides Antonio Amorim, campus universitário de Tocantinópolis – TO. Sendo assim, será feita uma breve análise das obras dos autores mencionados; o que falam em comum a respeito da avaliação da aprendizagem e alguns pontos relevantes. As obras selecionadas foram realizadas ou teve novas edições disponíveis a partir de 1997, justamente, após a criação da LDB nº 9394/96.

Para Luckesi a avaliação da aprendizagem escolar deve ter como finalidade proporcionar qualidade na aprendizagem dos educandos. Luckesi (1997, p. 66) reflete que “a avaliação da aprendizagem existe propriamente para garantir a qualidade da aprendizagem do aluno. Ela tem a função de possibilitar *uma qualificação da aprendizagem do educando.*” Ou seja, a avaliação não deve existir como uma forma de castigo, ameaça ou para a classificação dos alunos, mas sim com a forma de possibilitar o desenvolvimento dos discentes e contribuir para a construção do conhecimento dos mesmos, pois conforme o autor “um ensino e uma aprendizagem de má qualidade são antidemocráticos, uma vez que não possibilitarão aos educandos nenhum processo de emancipação.” (LUCKESI, 1997, p. 65).

Luckesi defende também que o ato de avaliar seja diagnóstico. Entende-se por avaliação diagnóstica aquela que acontece antes do início de algum processo, bimestre, ano letivo, onde se busca saber e compreender os conhecimentos prévios dos alunos e também o

que ele ainda não sabe ou não aprendeu por completo. Luckesi (1997, p. 81) menciona que “[...] a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista *tomar decisões* suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.” Desta maneira, a avaliação da aprendizagem deve ser diagnóstica, onde o docente saberá onde o aluno se encontra e, a partir disso, possibilitar meios para que ele avance em sua aprendizagem e, de acordo com Luckesi (1997, p. 82) a forma de entender e realizar a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento que auxilie a aprendizagem dos educandos e não um instrumento de aprovação e reprovação dos mesmos, pois ela sendo realizada para aprovar e reprovar não será diagnóstica, mas sim somativa e classificatória.

Luckesi também relata na mesma obra sobre provas/exames e avaliação da aprendizagem escolar(1997) que a prática avaliativa escolar está mais relacionada com provas/exames do que com a avaliação. Para o referido autor (1997, p. 169) “provas/exames têm por finalidade, no caso da aprendizagem escolar, verificar o nível de desempenho do educando em determinado conteúdo [...] e classificá-lo em termos de aprovação/reprovação [...].” Assim, a prática avaliativa baseada em provas/exames é seletiva e classificatória, onde muitos serão excluídos e outros aceitos, dessa maneira

A prática de provas e exames exclui parte dos alunos, por basear-se no julgamento, a avaliação pode incluí-los devido ao fato de proceder por diagnóstico e, por isso, pode oferecer-lhes condições de encontrar o caminho para obter melhores resultados na aprendizagem. (LUCKESI, 1997, p. 173).

Como provas e exames têm como características a exclusão dos alunos, a avaliação deve ter como características e inclusão destes no processo de ensino aprendizagem quando realizada de forma diagnóstica, pois ela fornece informações para o professor sobre o estágio de aprendizagem dos alunos e, a partir disso, o professor poderá trabalhar e utilizar métodos adequados e necessários para que os alunos desenvolvam sua aprendizagem.

Para Luckesi (1997) a avaliação da aprendizagem é um ato amoroso, pois ela como ato diagnóstico tem como finalidade a inclusão dos alunos no processo de ensino aprendizagem

O ato amoroso é um ato que acolhe atos, ações, alegrias e dores como eles são; acolhe para permitir que cada coisa seja o que é, neste momento. Por acolher a situação como ela é, o ato amoroso tem a característica de não julgar. Julgamentos aparecerão, mas, evidentemente, para dar curso à vida (à ação) e não para excluí-la. (LUCKESI, 1997, p. 171).

Assim, a avaliação da aprendizagem deve ser um ato amoroso visto que, por ser avaliação, ela deve ser acolhedora, possibilitando sempre o desenvolvimento dos discentes, contribuindo também para a construção de seus conhecimentos. Cabe ressaltar também que, nem todas as pessoas/alunos aprendem no mesmo tempo, uma vez que cada aluno aprende no

seu tempo certo, por isso, não é justo ou correto o professor fazer o julgamento dos alunos em bom/ruim, aprovar/reprovar, pois assim eles estarão selecionando e excluindo muitos alunos de forma precipitada, sendo que, por esse motivo a avaliação deve ser diagnóstica, onde ela será amorosa, inclusiva e a aprendizagem dos alunos se dará de forma contínua e construtiva.

Na visão de Haydt (2004), avaliar é julgar pessoa ou alguma coisa, tendo como base uma escala de valores. Para ela, a avaliação baseia-se pela coleta de dados quantitativos e qualitativos e, a partir disso, realizar a interpretação desses dados, tendo como referência critérios, anteriormente, estabelecidos e definidos. De acordo com a autora, Haydt (2004, p. 11) “[...] avaliar consiste em fazer um julgamento sobre resultados, comparando o que foi obtido com o que se pretendia alcançar”.

Para Haydt (2004, p. 31), a avaliação da aprendizagem deve acontecer de acordo com os objetivos previamente definidos no início do curso ou unidade instrucional, pois o que deve ser avaliado em relação ao aluno é o que foi estabelecido nos objetivos. Ou seja, o educador deve ter seus objetivos definidos antes de iniciar o bimestre, período letivo, curso, e, no decorrer do processo é importante ele não alterar, pois isso pode comprometer tudo o que planejou e levar ele e a turma ao fracasso.

Haydt (2004, p. 13) escreveu sobre os princípios básicos da avaliação, sendo que em um deles a avaliação é e deve ser um processo contínuo e sistemático. Ou seja, a avaliação deve ser algo que aconteça de forma contínua, planejada, organizada, fazendo parte do cotidiano da instituição escolar e da sala de aula.

Outro princípio que ela relata é que a avaliação é **funcional**, isto é, a avaliação é realizada em função de objetivos propostos. Para Haydt (2004, p. 14) avaliar “[...] o processo de ensino-aprendizagem consiste em verificar em que medida os alunos estão atingidos os objetivos previstos. Por isso, os objetivos constituem o elemento norteador da avaliação.” Desta maneira, percebe-se que a avaliação é realizada com o fim de atingir/alcançar os objetivos propostos, uma vez que quanto mais próximo de atingir os objetivos, mais bem realizada está sendo.

Outro princípio mencionado pela autora é o da avaliação **orientadora**. De acordo com Haydt (2004, p. 14) essa avaliação tem como característica orientar o aluno durante o processo de ensino-aprendizagem, tendo como finalidade alcançar os objetivos propostos. Outro princípio abordado é que a avaliação é **integral**. Isto é, a avaliação deve ser ampla, onde deve analisar o aluno de maneira mais abrangente, em todas as suas dimensões, não incidindo apenas sobre os elementos cognitivos, mas também sobre afetivo, psicomotor, social.

Com base nos estudos de Haydt (2004) a avaliação assumiu novas funções, como diagnosticar, controlar e classificar e, relacionadas com essas funções existem três modalidades de avaliação que é a diagnóstica, formativa e somativa

A avaliação diagnóstica é aquela realizada no início de um curso, período letivo ou unidade de ensino, com a intenção de constatar se os alunos apresentam ou não o domínio dos pré-requisitos necessários, isto é, se possuem conhecimentos e habilidades imprescindíveis para as novas aprendizagens.” (HAYDT, 2004, p. 16).

A avaliação diagnóstica é realizada ao iniciar o bimestre, curso, período letivo. Ela tem como uma de suas finalidades saber se os alunos têm ou não conhecimentos ou domínios prévios sobre determinadas coisas, para que assim possa prosseguir a aprendizagem adquirindo novos conhecimentos. Caso o aluno não tenha obtido tais conhecimentos, o professor deve determinar quais conhecimentos e habilidades devem ser retomadas, para que desta forma o aluno aprenda e dê continuidade a sua aprendizagem.

A avaliação diagnóstica também tem outra finalidade. De acordo com Haydt (2004, p.23) a avaliação diagnóstica tem o propósito de “identificar as dificuldades de aprendizagem, tentando discriminar e caracterizar suas possíveis causas.”

Muitos alunos de diferentes idades apresentam dificuldades que podem ser de natureza cognitiva, afetiva, emocional. Para Haydt (2004, p. 24), a avaliação diagnóstica pode identificar quais as dificuldades e suas possíveis causas. Nessas situações, o professor pode tentar solucionar esses problemas de acordo com a dificuldade apresentada pelo aluno, como por exemplo na dificuldade afetiva e emocional, onde as possíveis causas são as mais variadas, entretanto, o educador pode investigar o aluno, sua vida, cotidiano, visando conhecer o motivo de sua dificuldade.

Cumprе salientar que, para Haydt (2004, p. 24) muitas vezes, os problemas de natureza afetiva e emocional vão além do âmbito da atuação do professor, sendo o que este pode fazer é conversar e relatar aos familiares ou responsáveis pelo o aluno as suas dificuldades, onde deverão encaminhá-lo a um profissional especializado sobre o caso. Os problemas de natureza cognitiva podem ser solucionados pelo professor. Nesse caso o docente poderá apresentar ao aluno situações-problemas em que envolve sua dificuldade com o fito de ser sanadas, por meio de um trabalho contínuo e sistemático do educador.

A avaliação formativa é realizada durante todo o processo, isto é, durante e no decorrer do processo letivo, com o objetivo de acompanhar e verificar se os alunos estão alcançando os objetivos desejados. A avaliação formativa é realizada para saber se os alunos estão aprendendo e dominando os conteúdos estudados, para que assim o professor possa dar continuidade aos seus ensinamentos. Ela fornece dados aos professores de como está a aprendizagem dos alunos,

se seus métodos utilizados nas aulas estão dando certo. Por esses motivos, ela está relacionada ao mecanismo de feedback, visto que possibilita ao professor identificar suas falhas, permitindo-lhe modificar e reformular estratégias na execução do seu trabalho didático, visando sempre aperfeiçoá-lo. Para Haydt (2004),

[...] a avaliação formativa não apenas fornece dados para que o professor possa realizar um trabalho de recuperação e aperfeiçoar seus procedimentos de ensino como também oferece ao aluno informação sobre seu desempenho em decorrência da aprendizagem, fazendo-o conhecer seus erros e acertos e dando-lhe oportunidade para recuperar suas deficiências. (HAYDT, 2004, p. 21).

A avaliação formativa fornece aos professores dados de como está a aprendizagem dos alunos, possibilitando-lhe realizar um trabalho de recuperação, bem como melhorar e aperfeiçoar seus procedimentos de ensino. Ela também fornece aos alunos informação sobre sua aprendizagem e desempenho, permitindo aos alunos conhecerem seus erros e acertos, dando-lhes oportunidade de melhorar seus resultados e aprendizagem.

A avaliação somativa é realizada no final do processo, isto é, realiza-se no final de um bimestre, semestre, período letivo, curso, tendo como uma de suas características a promoção dos alunos,

O aluno vai ser promovido de acordo o aproveitamento e o nível de adiantamento alcançado nas matérias estudadas. É com esse propósito que é utilizada a avaliação somativa, com função classificatória, pois ela consiste em classificar os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos ao final de um semestre, ano ou curso, de acordo com níveis de aproveitamento preestabelecidos. (HAYDT, 2004, p. 25)

A avaliação somativa é classificatória e seletiva, acontecendo ao final do processo de ensino. Ela tem como característica a promoção dos alunos, onde muitos outros serão excluídos por não atingir ou conseguir os resultados esperados. Ela é realizada com a finalidade de atribuir uma nota ao aluno. Muitas vezes acontece como uma forma de punição ou castigo na relação professor-aluno.

Em relação aos instrumentos avaliativos Haydt (2004) defende que os professores devem utilizar diversos instrumentos de avaliação. Para a autora “[...] quanto mais dados ele puder colher sobre os resultados da aprendizagem, utilizando instrumentos variados e adequados aos objetivos propostos, tanto mais válida será considerada a avaliação.” (HAYDT, 2004, p. 55). Percebe-se que, quanto mais instrumentos de avaliação o professor utilizar, ficará mais próximos de atingir os objetivos estabelecidos, sendo também que os instrumentos avaliativos serão diversos, onde os alunos poderão mostrar o que aprendeu por vários mecanismos, sendo por prova oral, escrita, dissertativa, testes, portfólio, mapa conceitual. Por exemplo, um aluno que tenha dificuldades para demonstrar seu conhecimento através de uma prova dissertativa, poderá expressar-se de uma melhor maneira em um seminário, mostrando

ao professor que sabe o conteúdo, todavia, não conseguiu apresentar ou colocar isso na prova, podendo isso acontecer de forma oposta também.

Jussara Hoffmann, no livro *Avaliar para promover* apresenta setas para a realização de uma avaliação educacional. Nesse livro, a autora, traz o que significa o título de sua obra. Hoffmann (2014, p. 20) reverbera que “avaliar para promover significa, assim, compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica, visando à promoção moral e intelectual dos alunos.” Assim, percebe-se que o termo promover não está relacionado a um prêmio destinado ao aluno por conseguir ter bons resultados nas disciplinas, sendo que ao final o aluno é promovido para a série seguinte, pois muitas vezes quando se fala em promover é isso o que se pensa. O termo promover está relacionado à ideia de promover os alunos de conhecimentos, habilidades para o seu desenvolvimento intelectual, moral, social.

Hoffmann aborda sobre alguns princípios. No primeiro princípio a autora diferencia o que é pesquisar e avaliar em educação. Para Hoffmann (2014, p. 19) pesquisar tem por finalidade a coleta de informações e, em sequência, análises e compreensão dos dados colhidos. Entretanto, avaliar está a serviço da ação, pois sua finalidade é envolver uma ação que promova a sua melhoria, ou seja, está a serviço da melhoria da situação avaliada.

A escritora aborda sobre a avaliação inclusiva. Para Hoffmann, a inclusão pode representar exclusão. Assim,

“[...] sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas.” (HOFFMANN, 2014, p. 38).

Como mencionado pela autora, a avaliação pode contribuir para a exclusão de muitos alunos no processo de ensino-aprendizagem sempre quando ela acontecer com o intuito de classificar os alunos, comparando-os, pois ela acontecendo dessa maneira irá classificar e selecionar os melhores, onde aqueles que não obtiveram um bom resultado serão excluídos. Essa prática avaliativa tem como característica a avaliação somativa, que acontece ao final do processo de ensino-aprendizagem. Hoffmann (2014, p. 68) expressa que a avaliação classificatória é também uma prática eliminatória e contribui para a exclusão de muitos discentes do processo educativo e, que sua prática reflete nas questões sociais e fortalece na manutenção das desigualdades sociais. A avaliação deve promover aos alunos condições e oportunidades máximas de aprendizagem, dentre outras coisas positivas, que possam contribuir na formação dos educandos.

Hoffmann também relata sobre o tempo de aprendizagem dos alunos. Como já citado, cada aluno é uma realidade única, são diferentes e, assim, cada aluno aprende da sua forma e em seu tempo,

Uma tarefa igual não é cumprida ao mesmo tempo por todos, porque não representa o mesmo desafio, o que vale para inúmeras situações. Fazê-los cumprir ao mesmo tempo prejudica os alunos que têm mais dificuldade, e o ‘tempo de espera’ torna-se fator desestimulante para outros. (HOFFMANN, 2014, p. 46)

Mesmo que o professor ensine os alunos da mesma forma, com os mesmos métodos, a aprendizagem deles se dará de maneira singular. Quando o professor ou a escola exige que todos aprendam no mesmo tempo, isso pode comprometer o ensino e a aprendizagem dos educandos, pois apesar de estarem em uma mesma série, terem idades equivalentes, a aprendizagem não acontece de maneira simultânea para todos. O importante é que todos estejam evoluindo, com diz Hoffmann (2004, p. 53) “todos os aprendizes estarão sempre evoluindo, mas em diferentes ritmos e por caminhos singulares e únicos.” Isto é, importante é que todos os educandos evoluam, mas em seus próprios ritmos.

Hoffmann (2014) destaca também a definição dos objetivos, pois estes indicarão os caminhos a serem traçados em busca do desenvolvimento integral dos educandos;

Metas e objetivos não delineiam pontos de chegadas absolutos, mas pontos de passagem, rumos para a continuidade do processo educativo, que precisa sempre, levar em conta a realidade e o contexto que o influenciam. Assim, o delineamento dos objetivos não pode ocorrer senão para uma determinada realidade escolar, respeitada sua história, os valores sociais e culturais da comunidade de quem está inserida, as possibilidades e limites de cada cenário educativo [...]” (HOFFMANN, 2014, p. 71).

Assim, os objetivos estabelecidos não delineiam pontos de chegadas absolutos, mas caminhos, passagem, rumo para a continuidade do processo educativo, onde se deve levar em conta algumas condições que o influenciam. Desta forma, eles devem ser realizados de acordo com a realidade escolar, respeitando sua história, seus valores culturais e sociais, devendo compreender a realidade dos alunos, da comunidade, dos professores, suas crenças, histórias, visto que cada lugar tem suas características e, isso deve ser levado em conta.

Hoffmann aborda também sobre os instrumentos de avaliação, que têm por finalidade acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos, permitindo aos discentes e docentes a utilização de instrumentos avaliativos variados. De acordo com a autora (2014), os instrumentos de avaliação são registros de diferentes naturezas

Ora é o aluno que é levado a fazer os próprios registros, expressando seu conhecimento em tarefas, testes, desenhos, trabalhos e tarefas sugeridas pelo professor. Ora é o professor quem registra o que observou do aluno, fazendo anotações e outros apontamentos, inclusive apontamentos nas tarefas individuais. Quanto mais frequentes e significativos forem tais registros, nos dois sentidos, melhores serão as condições do professor de adequar as ações educativas às possibilidades de cada grupo e de cada aluno.” (HOFFMANN, 2014, p. 136).

Os instrumentos avaliativos são registro de diferentes naturezas, onde os educandos fazem seus registros, mostrando o que aprendeu e expressando seus conhecimentos por meios de testes, trabalhos, desenhos, provas oral e escrita, sendo que o professor também registra o que observou do aluno a partir das *atividades* realizadas por eles. A partir disso o professor pode adequar métodos e ações educativas de acordo com as possibilidades de cada aluno.

Assim, vê-se que a avaliação da aprendizagem é um assunto relevante e deve ser discutido, tanto no espaço escolar como fora dele. Haydt, Hoffmann e Luckesi são pesquisadores que contribuíram diretamente para a realização deste trabalho que envolve o estudo acerca da avaliação da aprendizagem, todavia há outros⁴ que têm contribuições significativas a respeito do assunto. O estudo sobre a avaliação da aprendizagem permite também aos educadores conhecer mais sobre o tema, bem como trabalhar e utilizar outros métodos e instrumentos adequados. A avaliação para promover é aquela que deve buscar melhorias e qualidade para o processo de ensino-aprendizagem e promover os alunos de conhecimentos, habilidades, capacidades, visando o crescimento e formação dos educandos, devendo ser justa, não classificatória e seletiva.

4 Depresbiteris, Vasconcellos, Perrenoud.

3 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96 foi sancionada no dia 20 de Dezembro de 1996 e publicada do Diário Oficial da União no dia 23 de dezembro do mesmo ano, quando passou, efetivamente, a ser vigorada, no então governo de Fernando Henrique Cardoso. É uma legislação que trouxe várias conquistas para a educação brasileira, no entanto, muitas coisas não foram alcançadas. No que diz respeito à avaliação, a LDB nº 9394/96 aborda sobre o assunto em alguns de seus artigos, incisos e parágrafos, relatando sobre as características da avaliação no ensino fundamental, médio e superior. Desta maneira, será abordado neste tópico sobre a avaliação que está posto nos artigos 24 Inc V, alínea A; 31, I; e, 35 da LDB 9394/96.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 tenha sido sancionada no ano de 1996, alguns dispositivos foram acrescentados à norma, visando o que poderia ser melhor para o ensino e educação brasileira, com a finalidade de complementá-la.

3.1 Artigo 24, Inc V, Alínea a da Lei 9394/96

O artigo 24 da LDB nº 9394/96 relata em seu *caput* que a educação básica, tanto nos níveis fundamental quanto no médio será organizada conforme algumas regras comuns. No que diz respeito à avaliação e, de acordo com o inciso V deste artigo, o rendimento escolar observará os seguintes critérios: “a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.” (BRASIL, 1996). Com base nessa alínea, a avaliação deve ser contínua e cumulativa, não podendo acontecer apenas no final do processo de ensino-aprendizagem ou de maneira isolada, pois ela deve ocorrer de maneira continuada, durante todo o período letivo, sendo também que, conforme este primeiro critério, a avaliação não tem como finalidade classificar e selecionar os discentes. Essa avaliação tem característica formativa, visto que deve acontecer de forma continuada, isto é, durante todo o processo e não apenas no final.

Aborda também que os aspectos qualitativos devem ter prevalência sobre os quantitativos e dos resultados ao longo período sobre os resultados das eventuais provas finais.

Aspectos quantitativos estão relacionados à “nota” atribuída pelo professor ao aluno, não se preocupando com o processo de ensino em si. Os aspectos qualitativos estão relacionados aos meios da aprendizagem, como se dar, como ocorreu; como solucionar determinados problemas ou dificuldades para que o aluno aprenda; a utilização de métodos e instrumentos avaliativos diversificados, isso buscando sempre melhoria para a qualidade do ensino e aprendizagem dos educandos.

3.2 Artigo 31, I da LDB Nº 9394/96

O artigo 31 da LDB foi implantado em 2013 pela Lei Federal nº 12.796/2013 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96, onde revogou o antigo artigo 31, passando também a completar a Lei de uma maneira mais abrangente.

O artigo 31 desta Lei aborda sobre a educação infantil, onde será organizado de acordo com algumas regras comuns. O inciso I apresenta a primeira regra mencionando “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (BRASIL, 1996). A avaliação realizada na educação infantil não tem como finalidade a promoção das crianças, selecionar, classificar e promover para uma série seguinte, assim conforme Brandão (2005)

Um aspecto que deve ser ressaltado nesse artigo é a proibição do uso dos resultados de qualquer tipo de avaliação, mesmo as baseadas no ‘acompanhamento e registro’ da criança, que possam, de alguma maneira, restringir o acesso dessa criança à primeira série do ensino fundamental, afirmando que tais avaliações não possuem ‘o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental’. (BRANDÃO, 2005, p. 85)

Avaliação nesta etapa está relacionada ao acompanhamento e registro do desenvolvimento dos discentes, sem se preocupar com a promoção dos educandos para uma série seguinte ou ensino fundamental.

3.3 Artigo 35-A, § 8º da Lei Nº 9394/96

O artigo 35-A diz que “a Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação [...]” (BRASIL, 1996). Ele aborda sobre os direitos e objetivo do ensino médio e em seu parágrafo 8º que diz que

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados nas redes de ensino por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades on-line, de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:” (BRASIL, 1996)

O parágrafo 8º do deste artigo mostra que a forma de avaliação deve ser processual e formativa, onde deve acontecer durante todo o período letivo, bimestre, semestre. Deste modo, a avaliação não tem como finalidade classificar e selecionar os alunos, mas sim contribuir com a sua aprendizagem e formação, visto que se preocupa com a aprendizagem dos educandos.

No que diz respeito ao parágrafo por completo, os conteúdos, as metodologias e formas de avaliação serão organizados por meios de atividades, tanto teóricas como práticas, sendo elas: provas orais e escritas, seminários, projetos, outras atividades. Desta maneira, vê-se que a própria Lei menciona a utilização de instrumentos avaliativos diversificados. Isso é importante para a análise da aprendizagem do aluno por parte do educador, pois o discente pode mostrar o que aprendeu de diferentes maneiras. Assim, destaca-se a importância da utilização de instrumentos avaliativos variados, pois o professor não utilizará apenas dois ou três instrumentos para verificação da aprendizagem dos educandos, mas sim uma variedade, visto que quanto mais instrumentos utilizados, mais bem feita será a análise sobre a aprendizagem e desenvolvimento do docente.

Portanto, compreende-se que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 aponta para uma avaliação de caráter formativa, que ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem, onde ela deve ser contínua e processual, valorizando também a utilização de instrumentos avaliativos variados.

4 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM PÓS LDB Nº 9394/96 SEGUNDO ARTIGOS ACADÊMICOS

Este tópico abordará um estudo sobre a produção científica de artigos que versam sobre a avaliação da aprendizagem pós a LDB nº 9394/96. A avaliação, nas últimas décadas, tornou-se tema de grandes debates e discussões, sendo que isso influenciou vários estudos a respeito da temática.

De acordo com Silva (2014) “Nas últimas décadas, a atenção dos profissionais da educação voltou-se com maior intensidade para as dimensões políticas e sociais da avaliação escolar, tendo em vista a necessidade da implementação de uma educação democrática e inclusiva.” (SILVA, 2014, p. 09).

Ao realizar a pesquisa sobre os trabalhos produzidos, foram encontrados artigos, monografias, teses. Mas nesse trabalho, foram selecionados artigos que abordam sobre a avaliação da aprendizagem direcionados para o ensino fundamental. Foram encontrados através de uma busca na internet - *Google* acadêmico. Assim, percebe-se que a avaliação da aprendizagem teve e continuará tendo grande relevância entre os assuntos debatidos no âmbito educacional.

Foram analisados treze artigos acerca da avaliação da aprendizagem, do período compreendido de 2007 a 2017. Desses artigos, alguns são resultados de pesquisas de campo, outros bibliográfica.

Quadro 1 – Títulos dos artigos

	Artigos	Ano
1º	A avaliação como um instrumento diagnóstico da Construção do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental	2007
2º	Avaliação: construção da aprendizagem no quinto ano do ensino fundamental.	2009
3º	Avaliação da aprendizagem: percepção de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental.	2013
4º	Avaliação Escolar Para a Aprendizagem: possibilidades e avanços na prática pedagógica.	2014
5º	Métodos avaliativos no processo de ensino e aprendizagem: uma revisão.	2014
6º	O processo de avaliação nas séries iniciais do ensino fundamental: uma contribuição à prática diagnóstica e formativa do educador/avaliador.	2015
7º	Avaliação da aprendizagem na educação: uma reflexão dos conceitos e funções.	2015

8	A avaliação da aprendizagem em ciências: práticas e Tendências de professores do ensino fundamental de Dois Vizinhos – PR.	2016
9º	A Avaliação Da Aprendizagem Em Matemática Nos Anos Iniciais Do Ensino Fundamental.	2016
10º	Avaliação escolar para além da classificação: perspectivas, desafios e apontamentos.	2016
11º	Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental menor: elementos para reflexão*.	2016
12º	Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental: o caso do 4º e 5º ano em São Domingos/Sergipe.	2017
13º	A avaliação diagnóstica no processo de ensino aprendizagem.	2017

Fonte: Elaborado por Caio Pereira Borges (2018)

Nestas produções, é possível perceber o que está sendo e foi produzido sobre a avaliação da aprendizagem pós LDB nº 9394/96, pois retrata o cenário da avaliação da aprendizagem durante esse período.

4.1 Pesquisa de Campo Sobre Avaliação da Aprendizagem

De acordo com Santos (2016, p. 20) o contexto atual do processo educativo ainda é classificar os alunos, atribuindo conceitos ou notas, definindo assim quem é superior e inferior. Essa modalidade de avaliação é seletiva e exclusiva e não contribui para a aprendizagem dos educandos.

“[...] a avaliação tem que ser dotada da intencionalidade, da tomada de decisão de propiciar e potencializar a aprendizagem do alunado e com isso, possibilitar o desenvolvimento mais crítico, consciente e solidário do corpo discente.” (SANTOS, 2016, p. 19). Ou seja, o ato de avaliar deve ter alguma intencionalidade, tomada de decisão. O docente não pode realizar a avaliação simplesmente por realizar, deve ter finalidades, sendo uma delas o aprendizado.

Conforme Zorzan e Kovalski (2016) a maioria dos educadores não se preocupam com a aprendizagem dos educandos, pois continuam priorizando a avaliação tradicional, dando maior importância aos exames, provas.

Santos (2016) menciona que “o professor deverá ultrapassar a dimensão classificatória e constituir um processo de avaliação construtiva, inclusiva, acolhedora, dinâmica, reflexiva, consciente das intencionalidades, e visando o desenvolvimento e transformação do alunado.” (SANTOS, 2016, p. 26). Desta maneira, os professores devem realizarem uma avaliação que

seja formativa, inclusiva, acolhedora, com a finalidade de desenvolver e contribuir com a aprendizagem dos alunos, colaborando assim para a sua formação e transformação.

De acordo com Barboza (2016) “a avaliação permite ao professor conhecer os alunos e saber o que fazer para que eles aprendam. Contudo, um dos problemas relacionados a esse tema é a ausência de critérios claros quanto ao que será avaliado e como será avaliado.” (BARBOZA, 2016, p. 01). Conforme a autora, falta transparência quanto aos critérios utilizados pelos educadores. O ato de avaliar deve ser planejado e professor ao realizar uma determinada atividade deve definir os critérios e objetivos que ele quer alcançar. Não se pode fazer apenas por fazer, sem uma intencionalidade.

A partir de sua pesquisa de campo, realizada com professoras e coordenadoras, as mesmas afirmam que o processo de aprendizagem dos alunos se dá a partir dos resultados obtidos em sala de aula, e forma contínua. Ou seja, suas práticas são baseadas na modalidade da avaliação formativa

[...] as coordenadoras alegam que as práticas avaliativas abrem oportunidades para que tanto o professor como os alunos trabalhem o erro e administrem as diferenças, extraindo possíveis soluções através do envolvimento de todos os integrantes deste processo. (BARBOZA, 2016, p. 09).

Todavia, Barboza (2016) afirma que pela limitação do tempo, não foi possível realizar uma observação em suas práticas, onde confrontaria suas falas com a parte prática. Barboza (2016, p. 14) afirma também que houve muitos avanços em relação ao discurso e teoria sobre a avaliação da aprendizagem, contudo faltam muitas coisas para serem avançadas/evoluídas, principalmente, quanto a democratização do ensino, onde a avaliação não deve ser vista como excludente e classificatória.

Para Santos (2009), ainda têm professores que praticam a avaliação com o intuito de classificar, julgar, não se preocupando com a aprendizagem dos discentes e com o processo de aprendizagem

Infelizmente há professores que praticam avaliação como julgamento, classificação ressaltando o êxito da aprendizagem ou não. Ou então ficam somente preocupados em atribuir uma nota aos alunos, sendo esta apenas a função final, esquecendo-se de todo o processo de mediação. (SANTOS, 2009, p. 05).

Percebe-se que a prática avaliativa está quase sempre atrelada ao julgamento, sendo que isso parece ser algo comum, normal, pois muitos docentes preocupam-se apenas com a atribuição de notas, não se importando com todo o processo de ensino-aprendizagem. A autora ainda afirma que os profissionais da educação da escola pesquisada não assumem ou não conhecem o que seria, de fato, avaliar.

Para Santos e Vanconcelos (2017, p. 14) é necessário que os educadores reflitam sobre a avaliação, para que assim possam redirecionar sua prática avaliativa. Ou seja, é necessário que os educadores conheçam e compreendam o que é avaliação e a importância da mesma. Pois suas práticas, atualmente, são direcionadas a uma avaliação classificatória e seletiva.

Conforme Santos (2016, p. 25) o ato de avaliar necessita de mudanças, transformação e, que os educadores devem buscar conhecimentos e realizar estudos sobre a temática para que assim contribua com novas práticas.

Zorzan e Kovalski (2016) apontam o que poderia ser uma alternativa, ou seja, “uma possível solução seria a sensibilização dos professores através de trabalhos de formação continuada sobre a avaliação da aprendizagem.” (ZORZAN; KOVALSKI, 2016, p. 2610). Assim, torna-se necessário que todos profissionais da educação e, principalmente, os docentes façam cursos e participe de formação continuada sobre avaliação da aprendizagem, pois desta maneira poderão desprender-se da prática tradicional.

4.2 Pesquisas Bibliográficas Sobre Avaliação da Aprendizagem

Nos trabalhos analisados, a pesquisa bibliográfica é predominante. Mais da metade das produções científicas foram feitas com base nesta modalidade de pesquisa.

Conforme Santos e Varela (2007)

A atual prática da avaliação escolar tem como função classificar e não diagnosticar como deveria ser. O julgamento de valor, que teria função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter uma função estática de classificar um objeto a um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. (SANTOS; VARELA, 2007, p. 10)

De acordo com as autoras, atualmente, a avaliação ainda tem como função classificar os alunos. Os modelos tradicionais de avaliação ainda permanecem presente nas práticas dos professores dentro das salas de aula

A avaliação da aprendizagem no ensino fundamental não deve seguir modelos ou haver mecanismos seletivos nem classificatórios. A escola deve oportunizar ao aluno uma educação básica de qualidade para que todos os cidadãos tenham acesso aos conhecimentos necessários. Dessa forma, a seleção constitui-se como um ato de violência e a negação de seus direitos. (ANDRADE *et al*, 2015, p. 03).

A avaliação da aprendizagem deve ser diagnóstica e formativa. Os modelos tradicionais que têm como características a avaliação somativa tem como finalidade apenas a atribuição de notas, onde acontece no final do processo de ensino. Essa modalidade de avaliação não possibilita a aprendizagem dos educandos, pois seu objetivo é classificar os mesmos.

Conforme Gleicieli PAZ (2016, p. 10) e Peterson PAZ (2016, p. 10), percebe-se que o modelo de avaliação tradicional, baseado na classificação e seleção dos discentes ainda permanecem presentes no cotidiano das salas de aula e, principalmente, na disciplina de Matemática. Para que isso mude é necessário que os educadores tenham como objetivo melhorar e buscar alternativas que contribuam com suas práticas, para que assim possam proporcionar aos educandos uma aprendizagem efetiva e significativa.

Weiss e Coelho (2015) diz que o ensino pode ter como objetivo principal a não classificação dos discentes, onde o que se deve fazer é proporcionar a todos os alunos a oportunidade de desenvolver seus conhecimentos, habilidades. Desta maneira, o objetivo é garantir a aprendizagem dos educandos, proporcionando o seu desenvolvimento integral.

Andrade *et al.* (2015) chegam à conclusão que o processo de avaliação pode contribuir de maneira significativa à prática diagnóstica e formativa. Entretanto, para que isso ocorra é preciso enfrentar alguns obstáculos pertencentes à avaliação tradicional. Conforme os autores, é necessário que a avaliação assuma um caráter transformador, inovador, mudando assim o papel atual da avaliação, que serve apenas para classificar os alunos.

Conforme Santos e Varela (2007, p. 12) para que a avaliação contribua para a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem dos educandos é necessário modificar a forma de como ela é utilizada, transformando-a de somativa para diagnóstica. Logo, percebe-se que a modalidade de avaliação ainda existentes nas escolas, de acordo com as autoras, ainda é a classificatória, seletiva e exclusiva.

Quando se trabalha a avaliação da aprendizagem é necessário que os professores tenham ciência e conheçam as modalidades de avaliação, pois assim poderão garantir uma aprendizagem efetiva sobre o que é trabalhado em sala de aula, Almeida, Matos e Silva (2014) afirmam que os docentes devem estar cientes dos principais tipos de avaliação

Pode-se afirmar que os docentes devem estar cientes da existência dos três principais tipos de avaliação e seus objetivos. A avaliação diagnóstica permite conhecer o aluno, seus gostos, seus hábitos e preferências; a formativa permite ajustar o processo de ensino-aprendizagem à realidade de aprendizado do aluno; e a somativa permite classificar o nível de aprendizado dos alunos. (ALMEIDA; MATOS; SILVA, 2014, p. 82).

Conforme os autores, os professores e a direção da escola devem conhecer as três modalidades de avaliação, que são elas: diagnóstica, formativa e somativa. Ou seja, as três devem estar sempre juntas, vinculadas. Desta maneira, a avaliação poderá atingir os objetivos propostos, permitindo a tomada de decisão quando necessário e assim proporcionar a aprendizagem dos educandos.

Logo, os docentes devem saber e conhecer sobre avaliação, para que assim possam direcionar suas práticas em sala de aula, pois cabem a eles estabelecer e elaborar métodos para poder atingir os objetivos planejados. Almeida e Cerdeira (2017) diz que “é necessário que os alunos sejam orientados em sua ação, cabendo ao professor estabelecer e elaborar métodos para seguir um caminho de aperfeiçoamento no ensino-aprendizagem.” (ALMEIDA; CERDEIRA, 2017, p. 04).

Canen e Santos (2014, p. 66) afirmam que apesar de avaliação presente nas propostas educacionais ser a formativa, a avaliação que continua sendo realizada na maioria das escolas brasileira é a tradicional. Deste modo, é importante que os professores reflitam sobre suas práticas, para que assim possam modificá-las, e realizar uma avaliação que esteja mais preocupada com a aprendizagem dos discentes. Para Bridi e Gonçalves (2013)

A avaliação escolar atualmente pode ser entendida nas suas múltiplas funções, pois ela pode adquirir um papel de seleção, exclusão e julgamento ou um papel de redirecionamento e formação dependendo dos objetivos, práticas e intenções dos professores. (BRIDI; GONÇALVES, 2013, p. 543)

Conforme as autoras, os alunos são avaliados de diversas maneiras, sendo que uma hora ela assume um papel de exclusão e seleção e outras vezes assume um papel de formação, sendo que isso muda de acordo com os objetivos, práticas e as intenções dos educadores. Contudo, de acordo com Bridi e Gonçalves (2013, p. 551) “[...] a avaliação não se contra mais como vilã, mas sim como algo de fundamental importância.” Desta maneira, a avaliação realizada ainda na escola continua sendo aquela tradicional, seletiva, exclusiva, voltada à atribuição de nota, porém, ela não continua apenas como vilã no processo de ensino-aprendizagem, pois de acordo com as autoras, com base nas respostas dos discentes, verificou-se que a avaliação da aprendizagem sofreu mudanças (no que diz respeito a sua finalidade) e ainda continuará sofrendo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises, percebe-se que o assunto predominante no que diz respeito à avaliação da aprendizagem são as modalidades de avaliação, sendo elas: diagnóstica, formativa e somativa. Todos os artigos, sem exceção, abordam sobre as modalidades de avaliação, alguns trazendo o assunto de forma expressa em seus títulos e outros no decorrer do próprio texto.

Para Haydt (2004) “essas três modalidades de avaliação estão intimamente vinculadas. Para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a eficácia do processo de ensino-aprendizagem, o professor deve fazer o uso conjugado das três modalidades.” (HAYDT, 2004, p. 18).

Esta pesquisa revela que 76,92% dos artigos mostram que a avaliação tradicional ainda permanece presente nas escolas e salas de aula. Apesar de vários estudos sobre a avaliação da aprendizagem, onde que, na maioria das vezes os estudiosos apontam possíveis caminhos, as práticas dos educadores em sala de aula continuam as mesmas,

A avaliação da aprendizagem é uma das dimensões mais exigentes do complexo processo educativo. Como exemplo, a título de provocação, pode-se apresentar um questionamento que, apesar de simples e aparentemente ingênuo, dá uma ideia do que já foi comentado anteriormente: Que tipo de avaliação estamos praticando? Avaliação diagnóstica ou avaliação classificatória? (GRILLO; LIMA, 2010, p. 17)

Torna-se necessário que os educadores reflitam sobre avaliação e suas práticas. Mudanças de posicionamento e práticas é um desafio a serem enfrentados por grande parte dos profissionais da educação, como gestores, coordenadores, professores. De acordo com Follmann (2014)

O professor precisa ser inovador, e é isto que seu trabalho exige. Para desenvolver a capacidade dos educandos, precisa ser o agente produtivo, organizar seu trabalho, pensar em maneiras que socializa com o educando, oportunizar o contato do aluno com o ambiente onde está inserido de forma significativa. (FOLLMANN, 2014, p. 24)

Embora seja difícil, os educadores, em geral, devem buscar alternativas, inovações que possam modificar e transformar esse cenário atual. Ele é o principal responsável pela aprendizagem de seus alunos. Assim, o professor precisa ser criativo e produtivo, organizando e realizando o seu trabalho com a finalidade de promover a aprendizagem dos discentes. Seu objetivo deve ser a aprendizagem do aluno e não apenas a atribuição de notas.

Assim, a realização deste trabalho foi de extrema relevância para o meu conhecimento e formação como acadêmico do curso de pedagogia. A concretização do mesmo permitiu-me a compreensão sobre a avaliação da aprendizagem e sobre o a importância do ato de avaliar. Avaliar não se limita apenas a aplicação de uma prova e outras atividades quaisquer para atribuição de notas, vai muito além disso. Avaliar é uma forma de o professor contribuir e proporcionar a aprendizagem dos educandos de forma efetiva. Assim, este trabalho possibilitou-me compreender as modalidades de avaliação, os instrumentos avaliativos, papel do professor.

Depresbiteris, Haydt, Hoffmann, Luckesi, dentre outros contribuíram de forma significativa para esta realização. Mesmo partindo de pontos diversos, os autores chegam a pontos em comum, pois suas ideias vão de encontro a uma avaliação que seja diagnóstica e formativa. Haydt, Hoffmann e Luckesi enfatiza para que uma avaliação seja justa, inclusiva e acolhedora ela deve ser diagnóstica e formativa, sendo que esta é contínua e processual, ocorrendo durante o processo de ensino-aprendizagem e aquela no início do processo.

Haydt (2005) e Hoffmann (2014) abordam também sobre os instrumentos avaliativos. É de extrema relevância que os docentes conheçam os instrumentos de avaliação para que assim possam utilizá-los de maneira adequada. As autoras mencionam a importância da utilização desses instrumentos de forma diversificada para analisar a aprendizagem dos alunos, onde os alunos podem mostrar o que aprendeu de diferentes formas, sendo também que o professor pode verificar por diferentes meios.

Outra abordagem relevante no que diz respeito à avaliação está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, sancionada em dezembro de 1996. É uma lei de grande importância no âmbito educacional brasileiro, sendo considerada para muitos a lei de maior relevância da educação nacional. Embora não tenha cumprido tudo que trouxe em seus vários artigos, incisos e parágrafos, a LDB nº 9394/96 trouxe inovações e conquistas para a educação do País.

Em relação à avaliação, a Lei aborda de forma sintética em alguns de seus artigos, incisos e parágrafos, indicando os caminhos a serem percorridos. Percebe-se, assim, que a Lei indica para uma avaliação formativa, que deve ser processual e contínua, que deva acontecer durante todo o período letivo, onde se deve valorizar mais os aspectos qualitativos do que os quantitativos.

Os artigos científicos, também trouxeram conhecimentos e informações relevantes para a realização deste trabalho. Produzidos entre os anos de 2007 e 2017, mostram como está sendo realizada a avaliação da aprendizagem nas salas de aula.

Desta forma, o objetivo deste trabalho foi investigar quais os limites e avanços da avaliação da aprendizagem, pós LDB nº 9394/96. A partir dos artigos cheguei à conclusão que a avaliação ainda praticada nas escolas é aquela com característica tradicional, que é classificatória, seletiva e exclusiva. Ou seja, fica bastante visível que a avaliação da aprendizagem escolar limita-se a classificação, seleção e exclusão dos discentes.

Todavia, é bastante visível os avanços que a avaliação da aprendizagem teve nas últimas décadas, pois a mesma esteve no centro de vários debates. Os periódicos analisados são exemplos disso, pelo fato de todos esses pesquisadores buscarem compreender a temática e lutarem pelas possíveis mudanças. Em uma forma mais abrangente, muitos foram os autores/escritores que escreveram diversas obras como livros, produções científicas; além de uma norma legal, a LDB nº 9394/96. Tudo isso com o objetivo que a avaliação da aprendizagem fosse realizada de maneira diagnóstica e, principalmente, formativa, valorizando, de fato, a aprendizagem dos educandos.

Deste modo, apesar de ter vários estudos sobre avaliação da aprendizagem, obras/livros de autores renomados sobre o tema e a LDB nº 9394/96 apontando caminhos, as práticas dos professores em sala de aula são opostas.

A avaliação deve ter como características e finalidade a não classificação dos alunos, sendo que a aprendizagem e o processo de aprendizagem dos discentes devem ser levados mais em conta do que apenas a atribuição de notas.

Conforme o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 apresenta, e, com base nos resultados da pesquisa, a prática do professor em sala de aula no que diz respeito a avaliação da aprendizagem não teve, praticamente, mudanças. Apesar de nem todos os professores conhecerem ou compreenderem o que é, de fato, avaliar, muitos outros conhecem a teoria e a legislação, entretanto, suas práticas são, totalmente, diferentes. Deste modo, é importante que os professores reflitam sobre suas práticas em sala de aula.

Para transformação desse cenário atual é necessário que todos os profissionais da educação busquem alternativas que proporcionem tais mudanças. Para os acadêmicos em formação, surge como alternativa aos cursos, a oferta de mais disciplinas sobre avaliação, tanto da grade, integrante ou optativa, bem como a realização de eventos sobre avaliação da aprendizagem, onde os discentes deverão participar. Aos educadores em atuação, surge como alternativas a participação dos mesmos em curso de formação continuada sobre avaliação da aprendizagem, bem como a participação em eventos, para que assim possam rever e modificar suas práticas, e, que assim possam realizar uma avaliação que tenha como finalidade a aprendizagem efetiva dos alunos, sendo ela diagnóstica e formativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Franco de; CERDEIRA, Valda Aparecida Antunes. A avaliação diagnóstica no processo de ensinoaprendizagem. [S. l.], p. 1 - 4, 21 jan. 2017. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/PSiAqghUGOu7u9f_2017-1-21-10-41-10.pdf. Acesso em: 23 ago. 2018.

ANDRADE J. A. *et al* O processo de avaliação nas séries iniciais do ensino fundamental: uma contribuição à prática diagnóstica e formativa do educador/avaliador. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2., 2015, Campina Grande, PB. **Anais Eletrônicos...** Campina Grande, PB, Cemep, 2015. II Conedu, 2015. Disponível em: < http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABLHO_EV045_MD1_SA5_ID4221_26082015152146.pdf>. Acesso em 18 de Julho de 2018.

BARBOZA, Sheilla da Cunha. **Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental menor: elementos para reflexão.** 2016. 15p. Artigo. Curso de Pedagogia, Faculdade São Luís de França. Disponível em: < https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_7-1.pdf>. Acesso em 17 de Julho de 2018.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), comentada e interpretada, artigo por artigo / Carlos da Fonseca Brandão.** – 2. ed. atual. – São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 22 de maio de 2018.

CANEN, Ana; SANTOS, Ana Paula Silva. Avaliação Escolar Para a Aprendizagem: possibilidades e avanços na prática pedagógica. **Meta: Avaliação** | Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 53-70, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/208/pdf>>. Acesso em 02 de Outubro de 2018.

COELHO, Aline Leandra; WEISS, Cláudia Suéli. **Avaliação da aprendizagem na educação**: uma reflexão dos conceitos e funções. In: XII Congresso Nacional de Educação. 2015, Curitiba – PR. **Anais eletrônicos...** Curitiba – PR, Educere, 2015. XII Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: < http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18864_9372.pdf>. Acesso em 18 de Julho de 2018.

DEPRESBITERIS, Léa. **O desafio da avaliação da aprendizagem**: dos fundamentos a uma proposta inovadora. São Paulo: EPU, 1989.

FOLLMANN, Maiara Eduarda. **Avaliação do ensino e aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Superior - Pedagogia) - Acadêmica, Santa Rosa - RS, 2014. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/4551/Maiara%20Eduarda%20Follmann.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 de setembro de 2018.

GONÇALVES, Elaine Cristina; BRIDI, Jamile Cristina Ajub. **Avaliação da aprendizagem**: percepção de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental. In: ii seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação - sirsse, 2013, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** [...]. Pontifícia Universidade Católica do Paraná: [s. n.], 2013. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8609_5326.pdf. Acesso em: 27 ago. 2018.

GRILLO, Marlene Correro; LIMA, Valderez Marina do Rosário. **Especificidades da avaliação que convém conhecer**. In: GRILLO, Marlene Correro; LIMA, Valderez Marina do Rosário. Por que falar ainda em avaliação? (Orgs.) Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/porquefalaraindaemavaliacao.pdf>>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

HAYDT, Regina Célia Cazaux, **Avaliação do processo de ensino-aprendizagem** / 6. ed. - São Paulo: Atica, 2004. 159p.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho / Jussara Hoffmann. – 15. Ed. – Porto Alegre: Mediação, 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições / Cipriano Carlos Luckesi. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 1997.

PAZ, Gleicieli Lopes da; PAZ, Peterson da. **A avaliação da aprendizagem em matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**. In: iv conave - congresso nacional de avaliação em educação, 2016, Bauru. Avaliação e Currículo: relações e especificidades [...]. [S. l.: s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.fc.unesp.br/Home/conave/conavexxxx2015/avaliacao-da-aprendizagem-em-matematica-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2018.

SANTOS, Erinalda dos Anjos ; VASCONCELOS, Carlos Alberto. **Avaliação da aprendizagem no ensino fundamental: o caso do 4° e 5° ano em São Domingos/Sergipe.** GT8 – Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas), [S. l.], p. 1 - 16, 7 jun. 2017. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwink_qVq8LeAhUJx5AKHQILDLCQFjAAegQICRAC&url=https%3A%2F%2Feventos.set.edu.br%2Findex.php%2Fenfope%2Farticle%2Fdownload%2F4972%2F1756&usg=AOvVaw0i0pGUZPay4111HDvknzdz. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

SANTOS, Monalize Rigon dos; VARELA, Simone. **A avaliação como um instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental.** [S. l.], 2007. Disponível em: http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf. Acesso em: 18 jul. 2018.

SANTOS, Priscila Gomes dos. **Avaliação escolar para além da classificação: perspectivas, desafios e apontamentos.** Saberes docente em ação. Maceio. v. 02, n. 01, p. 15 – 27, nov. 2016. Disponível em: < http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/lucasragucci/pdf/2016/11_2-AVALIA%20-%20C3%87%20-%20C3%83O-ESCOLAR-PARA-AL%20-%20C3%89M-DA-CLASSIFICA%20-%20C3%87%20-%20C3%83O-PERSPECTIVAS-DESAFIOS-E-APONTAMENTOS.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2018.

SANTOS, Tamires Bento Alves dos. **Avaliação: construção da aprendizagem no quinto ano do ensino fundamental.** Avaliação, Lins, p. 2-15, 12 ago. 2009. Disponível em: <http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC36164741831.pdf>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

SILVA, Benedita Conrado da. **Avaliação da Aprendizagem no Ensino Fundamental.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Superior - Pedagogia) - Acadêmica, Catolé do Rocha - PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4921/1/PDF%20-%20Benedita%20Conrado%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2018.

SILVA, Danilo Scherre Garcia da; MATOS, Poliana Michetti de S.; ALMEIDA, Daniel Manzoni de. Métodos avaliativos no processo de ensino e aprendizagem: uma revisão. Avaliação da Aprendizagem, Pelotas, p. 73-84, 15 abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/4651/3497>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

ZORZAN, Marilaine; KOVALSKI, Mara Luciane. **A avaliação da aprendizagem em ciências: práticas e tendências de professores do ensino fundamental de dois Vizinhos/PR.** Revista da SBEnBio - Número 9 - 2016 VI Enebio e VIII Erebio Regional 3. 2016.